

## Nota da Adufs sobre a conjuntura na Uefs

Os professores da Uefs, reunidos em assembleia, realizada no dia 14 de dezembro, para discutir, entre outros pontos, a conjuntura na instituição, deliberaram pela construção de uma nota contendo o teor das discussões em torno da ocupação estudantil, bem como os impactos no cotidiano das atividades acadêmicas.

O primeiro elemento a ser considerado refere-se à autonomia do movimento estudantil frente às entidades sindicais, como a Adufs e o Sintest, a reitoria, governos e partidos políticos. É importante respeitarmos a autonomia do movimento da categoria! Reconhecemos a legitimidade da greve discente, definida em assembleia convocada pelo DCE e deflagrada em 1º de novembro deste ano, assim como a pauta de reivindicações contra a PEC 55 e os 38 itens referentes à pauta interna. Sobre a legitimidade da pauta e do movimento, nenhuma fala se contrapôs! No entanto, pela síntese das falas na assembleia docente, entendemos ser pertinente fazer um debate político sobre o movimento “paredista”.

Dentre as várias críticas surgidas na assembleia, destacamos a forma como o movimento da ocupação conduziu e conduz as discussões com o conjunto dos estudantes, limitando-se a realizar assembleias da ocupação e a não convocar a Assembleia Geral dos Estudantes (AGE) para avaliar permanentemente a greve, seus avanços e impasses, e corrigir eventuais equívocos. Assim deve ser qualquer movimento grevista: estabelecer de forma permanente o diálogo com aqueles que deliberam pela greve. Além desse grave equívoco, destacamos, também, a falta de respeito nas mesas de negociações com a reitoria e o cerceamento de alguns direitos da comunidade acadêmica, notadamente, no que se refere ao acesso ao campus.

Apontamos a necessidade de ter estabelecido espaços de mediação para evitar posturas intransigentes, como um comitê de ética que poderia avaliar atividades acadêmicas a serem mantidas durante a greve estudantil.

Mais uma vez, é necessário afirmar que um movimento que se constrói pela base, que tem na sua assembleia um espaço soberano de deliberação e cujo objetivo é democratizar ao máximo as decisões, deve se preocupar com as consequências de um processo que não se fez amplamente discutido com a sua categoria. Se os amplos espaços de discussões são limitados (quando não anulados), são grandes os limites em afirmar-se, categoricamente, que não existe o interesse, de participação, por parte da categoria.



Em síntese, temos aqui um risco da diminuição da importância dos amplos espaços políticos, de esgotamento da democracia e de acirramento de posições autoritárias, algo muito presente na conjuntura nacional e internacional.

Não obstante o exposto, foi ressaltado em algumas falas que o excesso também ocorreu por parte de estudantes e professores contrários (seja na forma e/ou conteúdo) à ocupação. Foram destacados, especialmente, a judicialização da política, na tentativa de deslegitimar a Assembleia Geral dos Estudantes (AGE), que decidiu pela greve e ocupação; mais as constantes ameaças veiculadas presencialmente e nas redes sociais. No entender da assembleia dos professores, tais atitudes colaboraram para o acirramento das posições, que foram avaliadas como antidemocráticas e autoritárias.

Ao final, depois de uma ampla discussão, que possibilitou a apresentação das críticas e avaliações, a assembleia resolveu delegar para a próxima assembleia, a ser realizada no dia 21 de dezembro, às 9h, no Auditório 2, Módulo I, a decisão de a Adufs retirar o apoio político e material às ocupações. Sendo assim, continuamos com o apoio, aprovado na assembleia ocorrida no dia 10 de novembro do corrente ano.

Em tempos de desesperança coletiva, os avanços acima citados nos impulsionam a acreditar que podemos fortalecer a luta pela democracia e pela defesa da universidade pública, gratuita, laica e socialmente referenciada.

Feira de Santana – Ba, 17 de dezembro de 2016.